

O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A ECONOMIA VERDE

Mensurando recursos financeiros alocados na Economia Verde

2ª edição – Fevereiro de 2017



FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E A ECONOMIA VERDE

Mensurando recursos financeiros alocados na Economia Verde

2ª edição – Fevereiro de 2017

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

REALIZAÇÃO

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

Murilo Portugal Filho – Presidente

Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos – Diretor de Relações Institucionais

Alessandra Panza – Assessora de Relações Institucionais

Beatriz Stuart Secaf – Assessora de Relações Institucionais

REDAÇÃO

Rose Jordão – MTB 34097/2002

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS PARTICIPANTES

ABC Brasil

Banco do Brasil

Banco Votorantim

Basa (Banco da Amazônia)

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

Bradesco

BTG Pactual

Caixa Econômica Federal

Daycoval

HSBC Bank Brasil

Itaú Unibanco

Rabobank

Santander

Triângulo

AGRADECIMENTOS

Comissão de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS) da FEBRABAN

Grupo de Trabalho FEBRABAN: Banco do Brasil, Banco Votorantim, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, HSBC Bank Brasil, Itaú Unibanco, Rabobank e Santander.

EDIÇÃO DE ARTE

Ideia Visual

Sumário

Apresentação	5
1. Breve histórico	7
2. Metodologia	10
2.1. Setores analisados.....	12
Quadro 1 – Definição de Economia Verde e setores econômicos.....	12
Quadro 2 – Setores com potencial impacto socioambiental	13
2.2. Instituições financeiras participantes.....	13
3. Resultados	15
3.1. Setores representativos da Economia Verde	15
Tabela 1 – Saldos para setores da Economia Verde em 2015	16
3.2. Setores com atividades potencialmente causadoras de impacto socioambiental	17
Tabela 2 – Saldos para setores com potencial impacto socioambiental em 2015	17
3.3. Dimensão dos recursos alocados.....	19
4. Valor estratégico	21
5. Para avançar	23
6. Anexos	25
Anexo 1 – Modelo de tela de entrada de dados	25
Anexo 2 – Modelo de tela de relatórios consolidados (saída).....	26

Apresentação

Em 2014, a FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos estabeleceu uma agenda, em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (GVces), para analisar os possíveis caminhos para alavancar a transição à Economia Verde no Brasil por meio do direcionamento de recursos intermediados pelo Setor Financeiro Nacional.

Como resultado dessa parceria, em outubro de 2015 foi publicada a primeira edição do estudo *Mensurando Recursos Financeiros Alocados na Economia Verde*, no qual foram apresentados os montantes totais de financiamentos em 2013 e 2014 para setores representativos da Economia Verde e para setores cujas atividades são potencialmente causadoras de impactos ambientais.

Atendendo às recomendações para o contínuo aperfeiçoamento da metodologia, em 2016 foram promovidas mudanças nos processos, destacando-se a implantação, na FEBRABAN, do “Banco de Dados – Economia de Baixo Carbono” e do “Ambiente de Informações Seguras do Setor (AISS)” e, especificamente, para os setores da Economia Verde, foram incluídos produtos com finalidade socioambiental e de financiamento de atividades de agricultura de baixa emissão de carbono e boas práticas agropecuárias. O levantamento realizado em 2016 também contou com a participação adicional de cinco bancos. Por fim, para ampliar as análises, foi alterada a fonte de dados para a aferição da dimensão dos recursos alocados nos setores objeto do estudo em relação aos totais das carteiras de crédito do mercado e das instituições participantes.

Em razão dessas relevantes modificações metodológicas e da inclusão de novos bancos na pesquisa, o presente relatório apresenta os resultados referentes aos saldos das carteiras de empréstimos e/ou financiamentos em 31/12/2015 para os dois setores citados: Economia Verde e setores com potencial impacto socioambiental.

Este relatório está organizado em cinco partes: a primeira traz um breve histórico do contexto institucional em que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) está inserido; a segunda apresenta a metodologia, destacando os principais avanços e as premissas adotadas, os setores analisados e os bancos participantes; a terceira relaciona os resultados e a dimensão dos dados analisados; a quarta explicita o valor estratégico da pesquisa; e a quinta aponta sugestões para ampliar o escopo da próxima pesquisa.



1. Breve histórico

A FEBRABAN, no exercício de sua responsabilidade socioambiental, vem realizando uma série de estudos sobre os caminhos possíveis para alavancar a transição para uma Economia Verde no Brasil por meio de recursos intermediados pelo Sistema Financeiro Nacional (SFN) e instrumentalizar a integração entre negócios e desenvolvimento sustentável.

No início de 2014, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP, sigla em inglês) lançou uma pesquisa global, com um grupo de países, intitulada “Inquiry: Design of a Sustainable Financial System”. Os objetivos eram mapear políticas públicas, fatores e inovações capazes de acelerar e ampliar a destinação de recursos financeiros para iniciativas que propiciem uma transição mais rápida em direção a uma Economia Verde e sustentável. O fato de o Brasil ter sido selecionado para participar da pesquisa representa um reconhecimento da posição de liderança do país no tema.

O presidente da FEBRABAN, Murilo Portugal, atuou como membro do Conselho Consultivo da “Inquiry”, demonstrando o engajamento do SFN na discussão de uma agenda brasileira para o desenvolvimento sustentável.

A partir de então, foram desenvolvidos alguns estudos sobre esta temática pela FEBRABAN, entre os quais uma metodologia para identificar os recursos intermediados pelo SFN para a Economia Verde, segundo definição e critérios das Nações Unidas. Posteriormente, foram incluídos os montantes alocados em setores com potencial impacto socioambiental, de acordo com o disposto na Resolução 237/1997 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA)¹; e foi definida a utilização de códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)² como base para coleta de informações das instituições financeiras pesquisadas.

Esses estudos, conduzidos pelo GVces e publicados em 2015, foram acompanhados de perto por um Grupo de Trabalho constituído por representantes dos dez maiores bancos do Brasil e por profissionais da FEBRABAN.

¹ O CONAMA é o órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Foi instituído pela Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto 99.274/90. Possui capacidade técnica e legitimidade para definir os setores e atividades econômicas consideradas potencialmente causadores de impacto ambiental.

² A CNAE é uma classificação usada com o objetivo de padronizar os códigos de identificação das unidades produtivas do país nos cadastros e registros da administração pública nas três esferas de governo, em especial na área tributária, contribuindo para a melhoria da qualidade dos sistemas de informação que dão suporte às decisões e ações do Estado.

Trata-se de um projeto pioneiro, realizado em conjunto com o setor bancário – uma peça-chave nesse contexto, uma vez que a transição para a Economia Verde deverá mobilizar grande volume de recursos financeiros – e de extrema relevância para que o Brasil avance rumo ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, debatendo melhor a alocação de recursos e sua eficiência, bem como para traçar ações e diretrizes que orientem as tomadas de decisões pelos agentes financeiros e pelos reguladores.

Nesse sentido, é importante observar que o Brasil já possui um sólido e abrangente conjunto de leis, resoluções e acordos voluntários que regem o tema socioambiental. Ressalta-se, ainda, a liderança das instituições financeiras brasileiras, uma das protagonistas em acordos ligados à sustentabilidade para o setor.

Em 2014, o Banco Central do Brasil incorporou à regulação do SFN o tema socioambiental, por meio da Resolução 4.327/2014, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no estabelecimento e na implantação da Política de Responsabilidade Socioambiental pelas instituições financeiras e seus respectivos planos de ação, contemplando uma estrutura clara de governança, o fortalecimento da gestão de riscos e oportunidades, a expansão e a qualidade do crédito.

Ressalta-se também que a FEBRABAN tem papel importante na conscientização e no engajamento de seus associados para que atuem focados na redução dos impactos socioambientais – ainda que indiretos – de suas atividades, bem como estejam em conformidade com a regulação e a legislação aplicáveis. Para tanto, em agosto de 2014, a entidade publicou o Normativo de nº 14 no Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) formalizando procedimentos mínimos para o cumprimento da Resolução 4.327/2014 e orientando as práticas socioambientais de seus signatários nos negócios e nas relações com as partes interessadas.

A governança do tema socioambiental na FEBRABAN está concentrada na Comissão Setorial de Responsabilidade Social e Sustentabilidade (CRSS), da qual participam 30 instituições, representando cerca de 80% do total dos ativos do setor bancário, com reporte à Diretoria Executiva da Federação.

Visando promover o constante diálogo entre as associações de classe dos mercados financeiro e de capitais sobre temas socioambientais, a FEBRABAN também criou a Comissão Intrasetorial de Sustentabilidade, com representação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e Capitais (ANBIMA), da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) e da Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg).



2. Metodologia

A metodologia desenvolvida tem como objetivo a mensuração dos recursos de financiamentos e/ou empréstimos realizados pelos bancos para setores econômicos integrantes da Economia Verde no Brasil.

A metodologia contemplou a identificação das atividades econômicas consideradas pela UNEP como setores da Economia Verde e das atividades econômicas consideradas pelo CONAMA como setores com potencial impacto socioambiental. Em seguida, foram identificados os respectivos códigos CNAE das atividades que compõem os setores mencionados.

Premissas para apuração dos dados:

- ✓ **Utilizar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), no seu quinto nível da estrutura, o de subclasses, como base para reportar os montantes contratados, desembolsados e saldo das operações, no ano-base 2015.**

Destaca-se que a CNAE está estruturada em cinco níveis hierárquicos: seção, divisão, grupo, classe e subclasse.

Para os setores da Economia Verde, foram acrescentados linhas de produtos de financiamento e/ou empréstimos focados em atividades do agronegócio verde e produtos específicos com finalidade socioambiental. Para quantificar esses recursos, foram criados códigos FEBRABAN seguindo a estrutura da CNAE oficial.

- ✓ **Considerar as operações de crédito OnShore e financiamentos específicos a setores da Economia Verde identificadas na CNAE.**

- ✓ **Não considerar coobrigações (garantias, fianças), para as operações de crédito, nem quaisquer outras operações de mercado de capitais e/ou que envolvam emissão de títulos.**

Cabe ressaltar que o levantamento de dados seguiu as mesmas diretrizes da metodologia adotada nas primeiras edições, porém com a inclusão de melhorias que visam permitir o aprofundamento e a clareza da classificação dos recursos.

Assim, atendendo às recomendações para o contínuo aperfeiçoamento da metodologia, em 2016 promoveram-se mudanças nos processos visando automatizar e uniformizar a forma de mensurar recursos alocados pelos bancos aos diversos setores econômicos.

Nesse sentido, destacam-se, a seguir, dois projetos desenvolvidos pela FEBRABAN e validados pelo Grupo de Trabalho formado pelas instituições financeiras participantes.



Banco de Dados Economia de Baixo Carbono

Sistema web que permite a coleta e consolidação dos dados e emissão de relatórios de resultados relativos aos montantes contratados, desembolsados e saldo das operações de financiamentos intermediados pelo setor financeiro para os setores econômicos da Economia Verde e para os setores com potencial impacto socioambiental.



Ambiente de Informações Seguras do Setor (AISS)

Apartado da rede corporativa e atendendo aos mais rígidos padrões de segurança, o processo proposto visa garantir confidencialidade, privacidade e integridade necessárias para manter o tráfego de dados em ambiente exclusivo das instituições financeiras e da FEBRABAN.

Para apresentar o sistema web e o ambiente de segurança da informação (AISS) e buscando padronizar o entendimento das instituições financeiras sobre o tema, bem como garantir o acesso individualizado e a consistência na coleta e na consolidação dos dados, foi realizado workshop envolvendo as áreas de sustentabilidade, risco socioambiental, controles internos, planejamento e finanças dos bancos participantes.

A pesquisa considerou os volumes de operações de financiamentos e/ou empréstimos (carteira de crédito), segundo os critérios mencionados a seguir.

Saldo da carteira em 31/12/2015: trata-se do montante desembolsado, acrescido dos encargos da operação, menos o montante pago (amortizado) pelo cliente, conforme critérios e procedimentos estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Saldo alocado na Economia Verde: relativo às operações concedidas às atividades econômicas identificadas pela CNAE que fazem parte da Economia Verde e produtos de financiamento com modalidades específicas apresentados como CNAEs FEBRABAN.

Saldo alocado nos setores com potencial impacto socioambiental: relativo às operações de financiamentos e/ou crédito concedidas às atividades econômicas identificadas na CNAE de acordo com a Resolução CONAMA 237/1997.

2.1. Setores analisados

A mensuração dos recursos foi definida para dois grupos de setores ou atividades: Economia Verde e setores com potencial impacto socioambiental

O Quadro 1 apresenta a definição de Economia Verde e os respectivos setores econômicos.

Quadro 1 – Definição de Economia Verde e setores econômicos, segundo definição da UNEP

Economia Verde

É a que resulta em melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez ecológica, tendo como principais pilares: baixa emissão de carbono, eficiência no uso dos recursos e inclusão social.

Setores

- ✓ Energias renováveis
- ✓ Eficiência energética
- ✓ Construção sustentável
- ✓ Transporte sustentável
- ✓ Turismo sustentável
- ✓ Água
- ✓ Pesca
- ✓ Floresta
- ✓ Agricultura Sustentável
- ✓ Resíduos
- ✓ Atividades específicas do agronegócio
- ✓ Setores de cunho social como educação, saúde, inclusão produtiva e desenvolvimento local e regional.

Nota: para o setor de Eficiência Energética, devido à abrangência desse tema e por não estar ligado a nenhum ramo de atividade específica, não foi possível identificá-lo dentro das premissas deste relatório.

O segundo, mais abrangente, engloba setores cujas atividades apresentam potencial impacto socioambiental, em que a gestão de risco é fundamental, seja para mitigar impactos negativos seja para potencializar impactos positivos. Em sua maioria, são setores sujeitos a diligências e análises de risco especiais por parte dos bancos.

O Quadro 2 apresenta esses setores, de acordo com o disposto na Resolução 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Quadro 2 – Setores com atividades potencialmente causadoras de impacto ambiental segundo o CONAMA



- ✓ Extração e tratamento de minerais
- ✓ Indústria de produtos minerais não metálicos
- ✓ Indústria metalúrgica
- ✓ Indústria mecânica
- ✓ Indústria de material elétrico, eletrônico e comunicações
- ✓ Indústria de material de transporte
- ✓ Indústria de madeira
- ✓ Indústria de papel e celulose
- ✓ Indústria de borracha
- ✓ Indústria de couros e peles
- ✓ Indústria química
- ✓ Indústria de produtos de matéria plástica
- ✓ Indústria têxtil, de vestuário, calçados e artefatos de tecidos
- ✓ Indústria de produtos alimentares e bebidas
- ✓ Indústria de fumo
- ✓ Obras civis
- ✓ Serviços de utilidade
- ✓ Transporte, terminais e depósitos
- ✓ Turismo
- ✓ Atividades agropecuárias e uso de recursos naturais

2.2. Instituições financeiras participantes

Em 2016, participaram da pesquisa as seguintes instituições financeiras, destacando-se a adesão de **cinco novos bancos**: ABC Brasil, Banco do Brasil, Banco Votorantim, Basa, BNDES, Bradesco, BTG Pactual, Caixa Econômica Federal, Daycoval, HSBC Bank Brasil, Itaú Unibanco, Santander, Rabobank e Triângulo.



3. Resultados

A pesquisa considerou os volumes contratados, desembolsados e saldos de operações. No entanto, em razão dos relevantes aperfeiçoamentos metodológicos e da inclusão de importantes bancos, são apresentados apenas os resultados para os saldos relativos a 2015³, uma vez que estes representam, de fato, a posição final das instituições financeiras perante o Banco Central do Brasil.

Os resultados são reportados de forma agregada, com o intuito de preservar a identidade das instituições pesquisadas.

A seguir, destacam-se os resultados referentes aos saldos das carteiras de financiamentos e empréstimos (carteira de crédito) em 31/12/2015 nos dois setores, conforme propõe a metodologia.

3.1. Setores representativos da Economia Verde

Em 2015, o saldo de carteira para os setores da **Economia Verde** foi de **R\$ 316.932 milhões**

Para esses setores, foram acrescentados os volumes financeiros de produtos específicos com finalidade socioambiental e de financiamento de atividades de agricultura de baixa emissão de carbono e boas práticas agropecuárias.

³ Os saldos dos setores da Economia Verde e dos setores com potencial impacto socioambiental referentes a 2013 e 2014 estão disponíveis na primeira edição de Mensurando Recursos Financeiros Alocados na Economia Verde, no site www.febraban.org.br, em Sustentabilidade, SFN e a Economia Verde.

Tabela 1 – Saldos para setores da Economia Verde em 2015

Setores	Saldos em R\$ milhões
✓ Transporte sustentável	99.609
✓ Agricultura sustentável	84.288
✓ Energias renováveis*	50.745
✓ Produtos específicos com finalidade socioambiental	43.899
✓ Educação	15.469
✓ Saúde	11.899
✓ Água	4.951
✓ Eficiência em resíduos	2.663
✓ Floresta	2.120
✓ Cidades	1.078
✓ Pesca	209
✓ Turismo sustentável	2
Total	316.932

* Seguindo critérios do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), órgão do Ministério de Minas e Energia, para a CNAE relacionada à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, foram considerados apenas 74,67%, do total dos recursos informados pelas instituições financeiras – ponderador representativo de energia não emissora de CO₂ (excluída fonte termonuclear) Fonte: www.ons.org.br.

3.2. Setores com atividades potencialmente causadoras de impacto socioambiental

O saldo de carteira referente às operações nesses setores, em 31/12/2015, totalizaram R\$ 617.575 milhões.

Tabela 2 – Saldos para setores com potencial impacto socioambiental (divisão setorial) em 2015

Setores	Saldos em R\$ milhões
✓ Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	68.673
✓ Fabricação de produtos alimentícios	63.997
✓ Eletricidade, gás e outras utilidades	34.842
✓ Transporte terrestre	34.024
✓ Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	33.038
✓ Fabricação de produtos químicos	28.993
✓ Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	27.424
✓ Extração de minerais metálicos	27.171
✓ Metalurgia	26.407
✓ Agricultura, pecuária e serviços relacionados	25.988
✓ Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	25.988
✓ Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	22.455

Setores	Saldos em R\$ milhões
✓ Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	21.518
✓ Fabricação de máquinas e equipamentos	21.007
✓ Construção de edifícios	18.385
✓ Obras de infraestrutura	13.019
✓ Transporte aquaviário	11.777
✓ Fabricação de produtos de minerais não metálicos	11.349
✓ Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	10.670
✓ Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	10.611
✓ Comércio varejista	10.527
✓ Fabricação de produtos têxteis	8.661
✓ Confeção de artigos do vestuário e acessórios	7.826
✓ Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	6.806
✓ Fabricação de bebidas	6.188
✓ Outros	40.231
Total	617.575

3.3. Dimensão dos recursos alocados

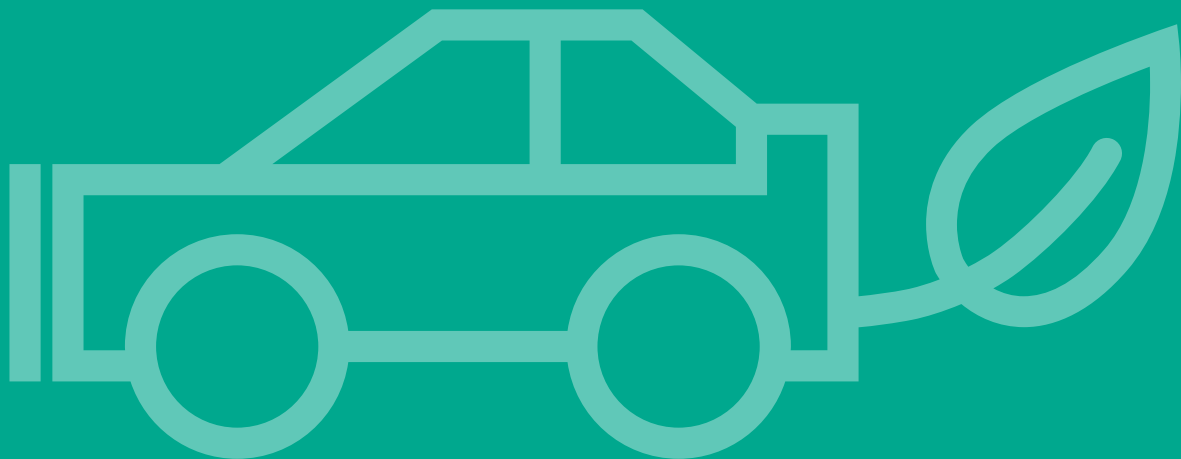
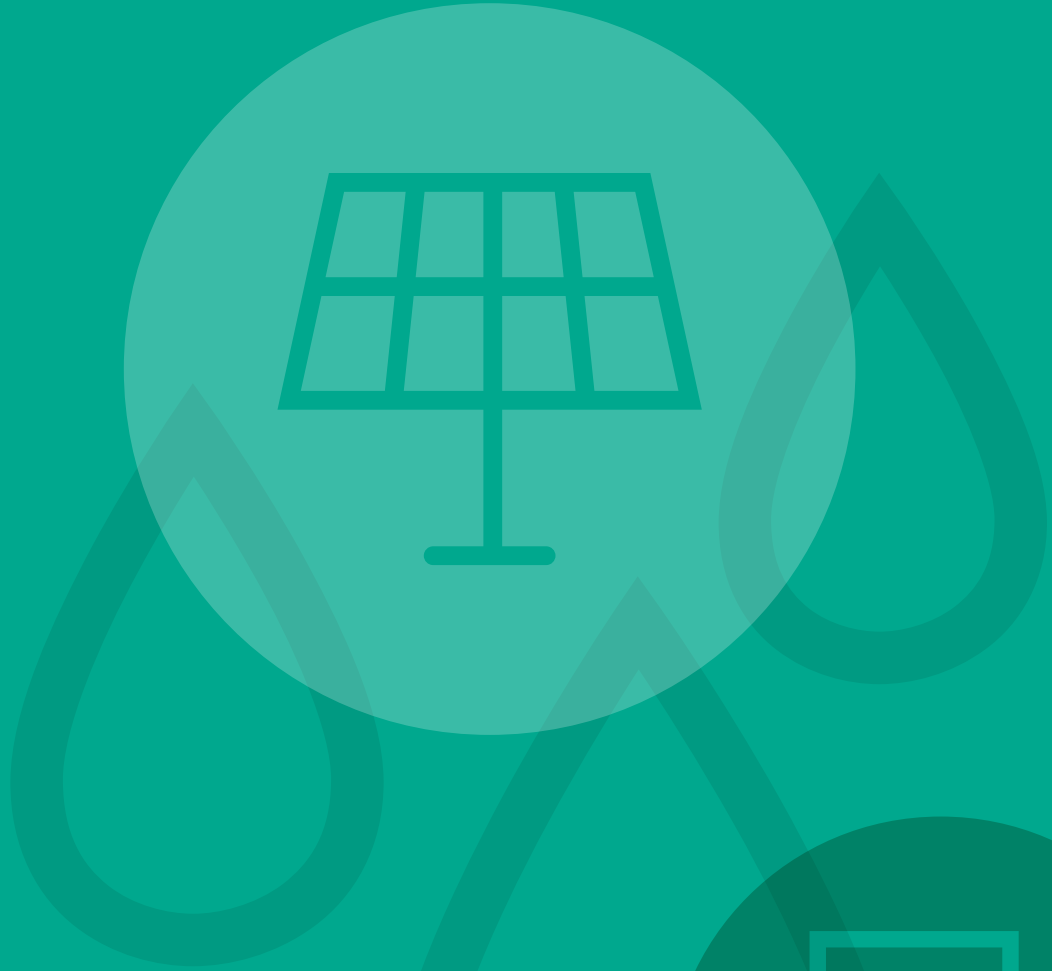
Para conhecer a dimensão dos saldos dos recursos alocados aos setores da Economia Verde e aos setores com potencial impacto ambiental, foram considerados o saldo total da carteira de crédito pessoa jurídica e empresas de todos os bancos do mercado (R\$ 2.175 bilhões) e o saldo total da carteira de crédito pessoa jurídica somente dos bancos participantes da pesquisa (R\$ 1.893 bilhões).

Para o cálculo das proporções, além das informações fornecidas pelos bancos participantes, foi utilizado o informe Dados Seleccionados de Entidades Supervisionadas (IF.data) do Banco Central do Brasil.

Os saldos dos financiamentos e/ou empréstimos aos setores da Economia Verde, portanto, representaram 16,74% do total das operações com pessoas jurídicas e empresas realizadas em 2015 pelos bancos participantes da pesquisa. A representação desses saldos no total da carteira de crédito pessoa jurídica dos bancos do sistema financeiro foi de 14,56%.

Os saldos dos financiamentos aos setores com potencial impacto socioambiental, por sua vez, representaram 32,62% do total das operações às pessoas jurídicas e empresas realizadas pelos bancos participantes no mesmo período. Esses saldos correspondem a 28,38% do total da carteira de crédito pessoa jurídica dos bancos do mercado.





4. Valor estratégico

A implantação do sistema web – Banco de Dados Economia de Baixo Carbono, com informações centralizadas em uma única plataforma, e do Ambiente de Informações Seguras do Setor (AISS) – garante segurança e qualidade das informações, bem como possibilita criar séries históricas e análises do agregado setorial.

As instituições participantes, por sua vez, além de sua própria performance, têm condições para comparar-se com o agregado setorial em cada um dos setores econômicos identificados na CNAE.

Assim, considera-se que o valor das análises está em:



Identificar e avaliar os volumes de empréstimos e/ou financiamentos por setor de atividade econômica e o potencial dos mercados



Auxiliar instituições financeiras a conhecer e gerenciar o perfil de suas carteiras, considerando sua exposição a riscos socioambientais e climáticos



Avaliar a evolução dos empréstimos e financiamentos intermediados pelo setor bancário para a Economia Verde (economia de baixo carbono)



Contribuir para a identificação de oportunidades de negócios relacionadas à Economia Verde, assim como para o desenvolvimento de estratégias para gerenciar os riscos associados à transição para uma economia de baixo carbono



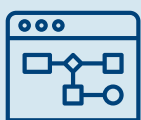
Permitir, no futuro, para os países que desenvolverem metodologia semelhante, análises comparativas



5. Para avançar

É importante ressaltar que o aprimoramento dessa metodologia é um processo contínuo. Está previsto, para 2017, a adoção de um processo de asseguarção das informações visando o cumprimento das premissas da pesquisa de modo a garantir a qualidade dos dados.

As recentes modificações metodológicas permitem às instituições financeiras:



Aperfeiçoar a estrutura de seus processos de coleta e consolidação de informações



Construir uma base de dados homogênea



Avaliar a possibilidade de ampliar a frequência da mensuração dos financiamentos



Estender o escopo da análise para recursos de investimentos realizados por Assets, Fundos de Pensão e Seguradoras

Por fim, esse estudo também pretende continuar a estimular a adesão de novas instituições e, assim, ampliar a mensuração do fluxo de recursos intermediados pelo Sistema Financeiro Nacional para a Economia Verde.



6. Anexos

Anexo 1 – Modelo de tela de entrada de dados*

BANCO DE DADOS ECONOMIA DE BAIXO CARBONO FEBRABAN

Bases Temas Especificos| Setores da Economia Verde

Entrada de dados

Setores da Economia Verde

Ano calendário 2015
Exercício 2016

Código CNAE	Descrição	Valores em R\$		
		Contratado	Desembolsado	Suado
01.4	Produção de sementes e mudas certificadas	Contratado	Desembolsado	Suado
0141-5/01	Produção de sementes certificadas, exceto de forrageiras para pasto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
0141-5/02	Produção de sementes certificadas de forrageiras para formação de pasto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
02.1	Produção florestal - florestas plantadas	Contratado	Desembolsado	Suado
0210-1/01	Cultivo de eucalipto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
0210-1/02	Cultivo de acácia-negra	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
0210-1/03	Cultivo de pinus	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

* Parte das telas do Sistema web que permite a coleta e consolidação de dados.

Fonte: FEBRABAN.

Anexo 2 – Modelo de tela de relatórios consolidados (saída)*

BANCO DE DADOS ECONOMIA DE BAIXO CARBONO

FEBRABAN

Economia de Baixo Carbono | Relatórios

Filtros de Pesquisa

Tema:

Banco: Ano:

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Nome	2015		
					Contratado	Desembolsado	Saldo
				Total			
A				AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA			
	01			AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS			
		01.4		Produção de sementes e mudas certificadas			
			01.41-5	Produção de sementes certificadas			
	02			PRODUÇÃO FLORESTAL			
		02.1		Produção florestal - florestas plantadas			
			02.10-1	Produção florestal - florestas plantadas			
		02.2		Produção florestal - florestas nativas			
			02.20-9	Produção florestal - florestas nativas			
		02.3		Atividades de apoio à produção florestal			

* Parte das telas do Sistema web que permite a coleta e consolidação de dados.

Fonte: FEBRABAN.

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos